



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 4, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 4 - EDUCAÇÃO E CULTURA. EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE.
DESCOLONIZAÇÃO DO SABER. EDUCAÇÃO E RELIGIÃO.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.04.09>

Recebido em: **30/06/2020**

Aprovado em: **10/07/2020**

POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL: A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL NA
EDUCAÇÃO BÁSICA; FOR DECOLONIAL EDUCATION: THE PROMOTION OF RACIAL
EQUITY IN BASIC EDUCATION; PARA LA EDUCACIÓN DECOLONIAL: LA
PROMOCIÓN DE LA EQUIDAD RACIAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

VIVIANE CARLA BANDEIRA SANTOS

<https://orcid.org/0000-0001-6848-2403>

WAGNER SANTOS DE SANTANA

<https://orcid.org/0000-0001-8377-0315>

DENISE MARIA SOUZA SANTANA

<https://orcid.org/0000-0002-1422-8351>

RESUMO: O artigo propõe discutir sobre a promoção da equidade racial na educação básica, através de uma educação antirracista, decolonial, a partir da descolonização do currículo, promovendo assim, o combate as práticas racistas no bojo da escola. O professor tem um papel fundamental nesse processo, uma vez que, deve promover ações que revertam tal situação. Diante desse contexto de desigualdade racial que abarca também o espaço escolar, visto que, é formado majoritariamente por negros e afrodescendentes e que apresentam baixos índices na sua progressão escolar. Como mudar essa realidade? Essa indagação nos levar a pensar no tipo de educação que devemos ofertar, sendo necessário levarmos em consideração o cotidiano dos sujeitos. Assim, acreditamos que a inserção do ensino de história da África, da diáspora e das relações étnico-raciais seja uma possibilidade para reduzirmos os dilemas que afligem o espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista. equidade racial. descolonização do currículo. racismo.

ABSTRACT: The article proposes to discuss the promotion of racial equity in basic education, through an anti-racist, decolonial education, based on the decolonization of the curriculum, thus promoting the fight against racist practices within the school. The teacher has a fundamental role in this process, since, he must promote actions that reverse this situation. In view of this context of racial inequality that also encompasses the school space, since it is formed mainly by blacks and Afro-descendants and who have low rates in their school progression. How to change this reality? This question leads us to think about the type of education we should offer, making it necessary to take into account the subjects' daily lives. Thus, we believe that the insertion of African history teaching, diaspora and ethnic racial relations is a possibility to reduce the dilemmas that afflict the school space.

KEYWORDS: Anti-racist education. racial equity. decolonization of the curriculum. racism.

RESUMEN: El artículo propone discutir la promoción de la equidad racial en la educación básica, a través de una educación descolonial y antirracista, basada en la descolonización del currículo, promoviendo así la lucha contra las prácticas racistas dentro de la escuela. El maestro tiene un papel fundamental en este proceso, ya que debe promover acciones que reviertan esta situación. Frente a este contexto de desigualdad racial, que también abarca el espacio escolar, ya que está formado principalmente por negros y afrodescendientes, que tienen tasas bajas en su progresión escolar. ¿Cómo cambiar esta realidad? Esta pregunta nos lleva a pensar sobre el tipo de educación que debemos ofrecer, por lo que es necesario tener en cuenta la vida cotidiana de los sujetos. Así, creemos que la inserción de la enseñanza de la historia africana, de la diáspora y de las relaciones étnico-raciales es una posibilidad para reducir los dilemas que afligen el espacio escolar.

CONTRASEÑAS: Educación antirracista. equidad racial. descolonización del currículo. racismo.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o tema geral, equidade racial, o ponto a ser discutido sobre a equidade racial na educação básica. Tal temática será tratada porque é de suma importância trazer para o contexto contemporâneo essas discussões e as relações étnico-raciais, uma vez que, os discentes da rede pública de ensino fazem parte desse cenário.

Ao falar em equidade racial remetemos logo ao acesso dos negros as oportunidades que lhes foram negadas durante séculos. O que de antemão é uma verdade! No entanto, apesar de sabermos da necessidade de impormos a equidade racial e a pensá-la como uma política afirmativa, temos que realizar ações para que se torne uma prática. Um caminho para pôr em prática é através da educação, visto que, o conhecimento que ainda é transmitido nas escolas, pauta-se no universo hegemônico, eurocêntrico e universalizante que os europeus nos impuseram, uma educação que posso intitular como colonizada.

Dessa forma, é necessário pensar o que nós, professores, podemos fazer para reverter esse dilema? Tal indagação nos remete a refletirmos na forma como o currículo das escolas é construído e se existem caminhos para que possamos intervir, no sentido de promovermos uma educação antirracista que seria uma premissa para promoção da equidade racial.

Assim, o presente artigo trata sobre a promoção da equidade racial no âmbito da educação básica, ao propor uma educação antirracista, decolonial, a partir da descolonização do currículo institucionalizado, o que reverbera no combate ao racismo e, conseqüentemente, em espaços mais igualitários e justos, em que as diferenças sejam aceitas e respeitadas. Primeiramente, abordaremos sobre a educação antirracista na educação básica. Posteriormente, sinalizaremos uma discussão sobre a descolonização do currículo e de nós mesmos, pressupostos necessários para que haja promoção da equidade no âmbito escolar e na sociedade.

Tendo como objetivos, mostrar a importância de uma educação decolonial e antirracista na Educação básica, com intuito de desconstruir estereótipos associados aos sujeitos negros bem como promover ações que viabilizem o combate do racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Uma educação antirracista implica em desconstruir o mundo que foi criado pelos europeus, ou seja, tudo que está imbuído em nós mesmos. Desse modo, torna-se um desafio romper com essa realidade, no entanto, acredita-se que, através da luta e de ações pedagógicas e afirmativas conseguiremos tornar o ambiente da escola num lugar em que o racismo não seja uma prerrogativa e como propiciador da equidade racial.

O estudo, justifica-se pelo seu caráter problematizador e bastante distorcido nos espaços escolares. Dessa maneira, consideramos ser de extrema relevância e reveste-se de importância a disseminação das relações étnico-raciais nesses espaços que poderá contribuir para este campo tão negligenciado e pouco discutido nas escolas.

O artigo foi realizado através de uma revisão de literatura, e eleito para esta proposta, no intuito de dar início a pesquisa científica e tendo como aporte teórico, os autores, Amorim (2007), Freire (2002) e Gomes (2011). Julgou-se necessária uma pesquisa bibliográfica pelo seu caráter problematizador, tendo em vista, os inúmeros aspectos que envolvem: ação, discussão, participação no intuito de erradicar e solucionar um determinado problema na educação, problema esse denominado racismo. No entanto, a pesquisa é de caráter bibliográfico, ou seja, reunir as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta a partir de um determinado tema.

Desse modo, entendemos que devemos ter uma educação baseada na diversidade étnico racial, visto que, o ambiente escolar deve abarcar todos os sujeitos e suas múltiplas experiências e não apenas as

dos brancos. Assim, a escola cumprirá um papel importante que é romper com padrões e valores europeus que nos foram impostos, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as vozes serão contempladas.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM CAMINHO PARA EQUIDADE RACIAL

Tomando a escola pública como referência, notamos que a desigualdade racial em nosso país é tão grande e podemos vê-la claramente nesse espaço. Ao pensarmos na composição da escola pública, quem são os atores envolvidos? Alunos e comunidade escolar, majoritariamente negros e afrodescendentes. Além disso, ao verificarmos os dados das avaliações externas, observamos que os baixos índices se justificam por vários motivos e um deles é o tipo de ensino que a escola oferece.

Conforme Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011) a escola deve promover uma educação antirracista, a qual viabilize ações de combate ao racismo, ressalta que desconstruir o racismo não é apenas valorizar a história da África, mas, é livrar dos conteúdos que a educação instituída nos impõe. Ressalta que a educação das relações étnico-raciais visa desencadear aprendizagens e ensino em que se efetive a participação nos espaços públicos, formando sujeitos preocupados com questões de interesses gerais, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, bem como contribuições dos diferentes povos que tem constituído a nação. Pressupostos necessários para formação de uma sociedade mais justa e, em que a equidade racial prevaleça.

É notório que a lei 10639/03 que alterou a LDB, no sentido de acrescentar a obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África e Afro-brasileira na Educação básica, foi um divisor de águas e que a partir dela passamos a ter mais produções sobre essa temática, o que corrobora para que a educação antirracista seja uma conotação nas escolas. No entanto, compreendemos que se a lei se estabelece e as escolas não a põem em aplicabilidade, a mesma perde sua força.

Assim, a educação antirracista possibilitará o combate ao racismo, o que impactará na progressão escolar de alunos negros e negras, na evasão escolar, no “jovencídio” que são principais problemas que abarcam as escolas atualmente. É fundamental voltarmos para uma educação que fale de nós mesmos, em que os educandos possam se identificar enquanto sujeitos pertencentes a um lugar, uma história. A escola passa a ser um espaço que terá algum sentido para esses jovens e adolescentes.

Sendo assim, a educação é um espaço de construção de saberes individuais e coletivos. Ao invés de perguntarmos sobre que escola queremos, podemos pensar que escola estamos construindo, e observar as mudanças ocorridas durante o século XXI, e no período da globalização. Precisamos ter uma visão ampla das construções dos conhecimentos, pois a escola durante o século XXI será a escola de construção de memórias. (SANTANA; SANTOS, SANTANA, 2020, pg. 87).

Nilma Lino Gomes (2010) evidencia que é importante compreender a Lei 10.639/03 como uma lei emancipatória na qual representa uma importante alteração da LDB, sendo que seu cumprimento é obrigatório para todas as escolas e sistemas de ensino. Não é uma lei específica, e sim da legislação que rege toda a educação nacional. Enquanto os professores não tiverem essa compreensão estará distante de promovermos uma educação antirracista e a equidade racial. Por isso, a formação continuada é uma possibilidade para que saberes e conhecimentos sobre as relações étnico-raciais estejam presentes no espaço escolar. Outro mecanismo é a produção de material didático que contemple as narrativas e experiências do povo negro, trazendo referenciais positivos.

Nesse sentido, Kabengele Munanga (2005) sinaliza que os professores devem trabalhar em sala de aula com o protagonismo do negro na história do Brasil, visto que ele aparece associado a

estereótipos nos manuais didáticos, sendo necessário assim, à sua desconstrução, uma vez que, a identidade do povo negro foi negada durante séculos pelo próprio sistema colonial e porque não falar racial. O autor mostra que os negros precisam assumir seus corpos, sua identidade étnica. Reiterando esse pensamento, Ana Célia Gomes (2005) assinala que os docentes devem elaborar materiais didáticos ou promover ações afirmativas que possibilitem a positividade do negro, de forma que desmitifique os estereótipos presentes na figura dos sujeitos negros.

Uma premissa constante nas discussões sobre a educação, é que deve ser voltada para o cotidiano dos educandos. Observa-se, no entanto, que na maioria das vezes essa premissa não é levada em consideração, porque os conteúdos são passados de forma mecânica, fragmentada e destoadada, sem nenhuma contextualização e vínculo com a vivência dos alunos, o que remete a perda de sentido. O ensino passa a ser desestimulante, o que pode provocar a evasão escolar. Um caminho para que retomemos esse sentido e que as vozes e vivências desses sujeitos sejam amparadas é através da educação decolonial e antirracista que traz a história e experiência do povo negro.

Estamos imbuídos no processo de construção e reconstrução de saberes sobre nós mesmos, visto que, os conteúdos tratados nas escolas não correspondem a nossa realidade, por isso, antes de estabelecermos uma educação antirracista é necessário entender o que é uma educação decolonial e repensar o currículo que é ofertado nas escolas bem como rever a prática do docente, uma vez que, descolonizando o currículo, iremos descolonizar a nós mesmos.

EDUCAÇÃO DECOLONIAL & DESCOLONIZAR O CURRÍCULO: PARA QUEM E POR QUÊ?

Quando falamos numa educação decolonial é porque temos a consciência que algo está errado e que o tipo de educação que é promovida não está contemplando às vozes e nem os sujeitos presentes na escola, sendo necessário revê-los. Com isso, vem um movimento, em que questiona a educação pautada pelo colonialismo e pela colonialidade, que tem como características, o eurocentrismo, a hegemonia e o patriarcalismo, valores esses impostos pelos europeus.

Séculos já se passaram de quando fomos colonizados, no entanto, não conseguimos ainda romper com a estrutura que nos foi posta, assim reproduzimos o racismo estrutural que está presente em nossa sociedade, em todos os espaços, na escola não poderia ser diferente. No entanto, entendemos que a escola por ser um ambiente de múltiplas aprendizagens, no qual incorpora sujeitos diferentes, deve-se a partir daí a desconstrução dessa educação que nos foi imposta, respeitando a diversidade étnico-racial.

A escola tem que oportunizar os alunos pelo menos a conhecerem outras narrativas que foram apagadas pelo processo de colonização, para possam ao menos escolher se é esse aprendizado que gostariam de obter. Quando esse direito de escolha lhes é tirado, vemos a necessidade de descolonizarmos nosso currículo e nossas mentes.

Dessa forma, Amorim (2007) afirma que,

A escola é uma importante organização da sociedade contemporânea, que trabalha com os seus recursos humanos procurando definir um modelo educacional calcado numa determinada concepção de missão e de crenças sociais e culturais. Enquanto organização, a escola não pode ficar de fora das grandes tramas sociais colocadas no dia a dia pela vida em sociedade. (AMORIM, 2007, p.22)

Entende-se que, a escola é de fundamental importância na vida dos educandos, principalmente, no processo de desenvolvimento, inclusão social e cultural, hoje. No entanto, é necessário o novo; às

novas propostas que possam atender a grande massa de sujeitos de uma determinada instituição, é inovar o fazer pedagógico na prática escolar, é levar os sujeitos a pensar; onde estou, o que posso fazer, o que estou fazendo, o que posso pensar para descobrir o que eu quero.

Nessa perspectiva, tanto homens e mulheres precisam reconhecer em qual contexto estão inseridos e quais foram às suas raízes, que ainda perdura nos dias atuais. Dessa maneira nós, Viviane Carla Bandeira Santos, Wagner Santana e Fabiano Santana (2020) ressaltamos em um seminário internacional que:

A presente Oficina tem como objetivo discutir e desmistificar o quilombo como local masculinizado, a partir da diversidade étnica e de gênero, produzindo uma expressão artística sobre a temática. A finalidade é tratar da participação da mulher Negra na História do Brasil, que apesar da invisibilidade da mulher quilombola nos manuais didáticos da Educação Básica, ela, a mulher negra, sempre esteve presente protagonizando movimentos sociais desenvolvendo saberes e práticas que influenciam diretamente no cotidiano das práticas locais. (SANTOS; SANTANA e GUSMÃO, 2020 – On-line)

Nesse sentido, para que ocorra uma mudança no currículo das escolas é preciso descortinar a nós mesmos, descolonizando todo pensamento hegemônico e eurocêntrico que temos que enfrentar, pois, só dessa maneira conseguiremos prover uma educação mais justa e igualitária, em que haja à promoção da equidade racial.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011) mostra que à nossa sociedade é formada por grupos multiétnicos, com culturas, línguas e organização sociais peculiares, como o caso dos indígenas e africanos. Entretanto, reconhece que essa diversidade não é aceita. Observa-se que isso é em decorrência da propagação do mito da democracia racial que permeou o ideário da nação, impondo a branquitude nos espaços, principalmente, nas escolas.

Para compreender como nossa sociedade e educação foi impregnada por tais preceitos é necessário retomarmos a colonização, partindo de uma ótica racial. Césaire Aimé (1978) aponta que a colonização provocou o descivilizar do colonizador, despertando instintos, como a exploração, o ódio racial, a violência e o relativismo moral, evidenciando que esse processo de dominação descortinou o projeto civilizatório dos povos europeus pautados pelo ódio racial e na exploração dos povos que foram subjugados. Partimos desse contexto, visto que, para descolonizar é fundamental entender o que é colonialidade.

Ao estabelecer a trajetória do ensino brasileiro, notamos que este baseia-se na assimilação de padrões europeus impostos que ora aos povos indígenas que tiveram sua língua desapropriada, tendo que internalizar outra língua e cultura. Para os povos negros a educação sempre foi relegada, negada a possibilidade de aprender a ler ou quando passaram a ter acesso ao ensino, este era impregnado de representações negativas de si próprio, mostrando o lugar subalterno que deveriam ocupar.

É uma tarefa complicada para os professores que se voltam para o ensino das relações étnico-raciais tencionando para uma educação antirracista, pois, é fundamental descolonizar o pensamento que está arraigado nos currículos das escolas e a nós mesmos. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011) reitera essa ideia ressaltando que o desconhecimento de experiências dos outros povos que formaram a nação, traz uma compreensão de que vivemos numa sociedade monocultural, perpetuando assim, o mito da democracia racial.

Assim, a autora (2011) confirma essa ideia, dizendo que,

Isto nos torna incapazes de corrigir a ilusão da democracia racial, de vencer determinações do sistema centrado em cosmovisão representativa de uma

única raiz étnico-racial. Impede-nos de ter acesso a conhecimentos de diferentes origens étnico-raciais, e ficamos ensinando um elenco de conteúdos tido como o mais perfeito e completo que a humanidade já teria produzido. Tornamo-nos incapazes de perceber as vozes e imagens ausentes dos currículos escolares: empobrecidos, mulheres, afrodescendentes, africanos, indígenas, idosos, homossexuais, deficientes, entre outros. (SILVA, 2011, p. 30).

O desafio já está lançado, assim a escola tem que promover uma educação voltada para nós mesmos, que reconheça as diferentes experiências, promovendo a equidade racial e o primeiro passo é justamente a descolonização do currículo, ou seja, começar a pensar a educação, aprender, ensinar, saber, educar e educar-se. (SILVA, 2011).

Uma via para descolonizar é a partir da formação de professores voltada para diversidade étnico-racial. Nilma Lino Gomes (2011) assinala que após a implementação da lei 10639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem se configurando em vários estados e municípios cursos de formação aos professores neste sentido. No entanto, a autora também sinaliza que a temática ainda não tem sido relevante nos cursos de graduação, mesmo tendo algumas iniciativas, a questão étnico-racial ocupa um lugar secundário. Tomando como base tal enunciado, acreditamos que esse pode ser um dos motivos de ainda não conseguirmos instituir um currículo nas escolas básicas que se atente a diversidade étnico-racial e que aponte para uma educação antirracista.

É necessário rompermos através das lutas, essas barreiras que nos impedem de avançarmos, pois precisamos compreender que a escola é um espaço multirreferencial e como tal deve promover múltiplas aprendizagens, contemplando todos os sujeitos, no caso da escola pública, majoritariamente negros e afrodescendentes. Por isso, urge a necessidade de um currículo baseado na educação antirracista, ensino de história e cultura africana, da diáspora e das relações étnico-raciais.

O conjunto de narrativas que são apagadas sejam através dos manuais didáticos ou na prática pedagógica devem ser introduzidas nos espaços escolares com intuito de trazer referenciais positivos para os educandos. Assim, terão através de experiências motivos para trilharem novos caminhos, conquistando espaços, rompendo antigos paradigmas que rodeavam a figura dos sujeitos negros. Só assim a escola cumprirá uma função social importante que é o combate ao racismo, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária, propiciando a equidade racial.

Nilma Lino Gomes (2011) evidencia que é preciso desnaturalizar o lugar ocupado pela diversidade étnico-racial na escola. Traz então, como uma saída o que denomina de pedagogia das emergências que pode ser compreendida como um campo de alternativas pedagógicas já existentes nas práticas sociais e políticas dos movimentos sociais que visam a superação do racismo e a inserção dessa temática nos currículos da formação continuada dos professores e da educação básica.

O currículo é algo tão engessado, mesmo com as diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história bem como a lei 10639/03 há dificuldade dos professores da Educação básica de abordar outras narrativas, porque estão preocupados em atender e a oferecer conhecimentos que lhes foram impostos, inclusive nas formações. Ao pensar nesta perspectiva de descolonizar o currículo é importante descolonizar a nós mesmos, visto que, muitas vezes estamos impregnados destes preceitos instituídos pela educação eurocêntrica e hegemônica que permeia nosso país.

EDUCAÇÃO EQUIVALE À EQUIDADE RACIAL?

Sabemos que a educação é um importante caminho para as reparações sociais. O próprio movimento negro e outros movimentos sociais buscam através dela, caminhos para minimizar a desigualdade racial e social existente no Brasil. Algumas conquistas já foram alcançadas como a lei 10639/03 alterada depois para 11645/08, as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história da África que norteiam o trabalho dessas temáticas na educação básica e que podem ser consideradas emancipatórias.

Nilma Lino Gomes (2011, p.49) afirma que,

A emancipação, entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, sempre esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição e a partir do advento da República. O fato de essas ações serem projetos e propostas construídos por um povo que tem a sua história e a sua cultura desenvolvida no contexto da colonização, da dominação, da escravidão, do racismo e da desigualdade social e racial atesta o caráter emancipatório das lutas e da organização política dos negros no Brasil e na diáspora.

Acreditando-se que a educação é transformadora, como o próprio Paulo Freire (2002) a entendia, percebemos que a promoção da equidade racial pode ser alcançada através de uma educação voltada para diversidade étnico-racial, possibilitando o combate ao racismo, transformando assim, atitudes e pensamentos dos sujeitos que vivenciam o espaço escolar. Por isso, a educação tem um papel fundamental nesse processo no qual poderá superar dilemas que afligem o povo negro.

Considera-se que esse espaço de múltiplas aprendizagens, deve promover um ensino que seja associado ao cotidiano dos educandos, dando algum sentido para o que está sendo aprendido. No momento em que os alunos se apropriarem de saberes que tenham conexão com suas vivências, terão uma aprendizagem mais significativa. Entendemos que a educação das relações étnico-raciais cumprirá esse papel, garantindo ao mesmo tempo, uma educação antirracista e a equidade racial.

Maria Aparecida Silva Bento (2002) sinaliza que o branqueamento foi uma criação das elites brancas brasileira, embora essa também responsabilize o negro por essa condição, como se fosse um problema desses sujeitos. Foi um processo de investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danificando sua autoestima, culpando-o pela discriminação que sofre, justificando assim, as desigualdades raciais. Bento demonstra o silêncio sobre o lugar que o branco ocupa nas relações raciais no Brasil, ressaltando que a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado, bem como foi o racismo e o branqueamento. A desigualdade racial ao negro é associada a escravidão. Mas, temos que refletir quem realizou a escravidão? Quem provocou a categorização dos sujeitos negros?

Bento traz a discussão sobre o medo de Célia Marinho de Azevedo (1987) em sua obra “Onda negra, medo branco” para sinalizar que o ideal do branqueamento nasce do medo, constituindo-se na forma encontrada pela elite branca brasileira do final do século passado para resolver o problema de um país ameaçador, onde não sabiam o que fazer com a massa popular majoritariamente não-branca. Por conta disso, esse “problema” seria minimizado ou sanado com a política de imigração europeia, como tentativa de embranquecer o povo brasileiro. Neste contexto, disseminou-se o mito da democracia racial que colocou a população negra na condição de inferioridade, associada a estigmas e estereótipos presentes até hoje.

A autora traz autores que abordam sobre a temática, sinalizando o trabalho de Lilia Moritz Schwartz (1993) “O espetáculo das raças” que também enfoca este período, afirmando que nossos cientistas sociais de então tinham um sério problema a resolver, ou seja, como contar a história de um país majoritariamente negro e mestiço, nascido e prosperado sob a égide da escravidão negra e, ao mesmo

tempo, manter-se próximo aos moldes europeus de civilização que consideravam negros e mestiços não civilizados e não civilizáveis. Segundo Schwartz, o medo perpetuou o racismo, onde os brancos projetaram nos negros o medo de perder seus privilégios, reforçando e justificando assim, o racismo estrutural.

Maria Aparecida Silva Bento remete também aos estudos de Octavio Ianni (1972), Fúlvia Rosemberg (1985), Ana Célia da Silva (1991) e muitos outros que se ocupam desse tema, no Brasil. Estes estudos revelam que, na comunicação visual, o negro aparece estigmatizado, depreciado, desumanizado, adjetivado pejorativamente, ligado a figuras demoníacas. Assim, Bento mostra que os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios. Trata também sobre o que pode ser entendido por "acordo tácito" na sociedade brasileira, que é o de não falar sobre racismo e sempre encarar as desigualdades raciais como um problema do negro. Desse modo, evidencia que o medo do diferente justificou a não integração dos negros ao processo de industrialização, pois, havia o medo de monopolizarem os postos de trabalho. Por conta disso, foram tomados como despreparados e manipuladores de sua condição racial para poder ascenderem. A escravidão desumanizou os sujeitos africanos.

Diante desse processo, consideramos que é importante a desconstrução dessa estrutura de branquitude que se instituiu na sociedade brasileira, a qual impôs valores e padrões que são reproduzidos no sistema educacional. Os professores devem desconstruir, mas ao mesmo tempo construir ações que reverberem a contemplação de um novo cenário, onde a diversidade étnico racial seja respeitada, com a presença de múltiplas vozes e experiências. Só assim, poderá viabilizar oportunidades que contemplem um maior número de sujeitos.

Schucman (2014) trata sobre a branquitude, procurando compreender e apresentar as formas pelas quais os sujeitos considerados brancos agem cotidianamente para que possibilite a manutenção dos privilégios materiais e simbólicos deste grupo em nossa sociedade. E a partir daí, investiga quais as formas de poder que a branquitude exerce sobre as outras identidades raciais, apontando que os brancos reconhecem os privilégios obtidos por pertencerem a essa etnia, mas ao não concordam com políticas públicas que contemplem o negro, com receio de que tais privilégios sejam perdidos. Essas políticas são vistas como assistencialismo promovidos pelos brancos e não por conta dos movimentos sociais que exigiram reparações para os sujeitos negros. O que devemos pensar é como desconstruir o projeto que permeia esse imaginário de branquitude? O qual está presente também no cenário educacional.

A autora evidencia a perda dos privilégios simbólicos que os brancos adquirem no sistema educacional brasileiro a partir da lei 10639/03, do sistema de cotas, entre outras conquistas, pois a escola, por ter uma atuação sistemática durante anos, tem um maior poder ideológico sobre os que nela permanecem, e portanto o ensino eurocêntrico baseado na história das populações europeias, brancas e cristãs privilegiam sistematicamente que sujeitos brancos se sintam inseridos na construção da cultura e do mundo, em detrimento das outras populações.

Neste sentido, observamos que só através da educação, poderemos desconstruir esse ideário posto, privilegiando outras narrativas e potencializando o protagonismo e as ações que tendem a contemplar a diversidade étnico racial. Assim, a escola oportunizará os sujeitos e realidades distintas, sujeitos esses que sempre tiveram suas histórias e ancestralidade negadas, por isso, que a educação reproduz a desigualdade racial, no momento que não visa a equidade racial.

A promoção da equidade racial é um processo lento e gradual, no entanto, o espaço escolar é um local propício para que ela se estabeleça de fato, através do conhecimento e do processo de conscientização diante do mundo e de si mesmo. Um sujeito problematizador, conhecedor dos dilemas existentes ao seu redor, poderá transformar sua realidade se ele é formado através de uma educação antirracista, pois, o mesmo será sensível ao outro, independentemente de sua raça e gênero.

Dessa maneira, entendemos que a educação é um acesso para promoção da equidade racial, oportunizando sujeitos que de alguma forma foram prejudicados por conta do peso de sua cor ou da sua raça. A educação traz consigo conhecimento e quando tais saberes são ressignificados, com o estabelecimento de uma educação antirracista e decolonial na educação básica já é um caminho para pensarmos num mundo melhor, em que a diversidade étnico-racial seja respeitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino das relações étnico-raciais é um caminho para estabelecimento de uma educação antirracista no âmbito da escola, propiciando assim, saberes que reverberam para promoção da equidade racial através de um projeto político democrático, no qual todas às vezes sejam contempladas.

Diante do apagamento de narrativas dos sujeitos negros nos relatos históricos, torna-se ainda mais importante visibilizar e trazer a emergência das experiências de homens e mulheres negras que participaram e participam da história do Brasil, positivando sua imagem que ficou relegada sempre a segundo plano ou associada a estereótipos ligados ao período da escravidão.

A apropriação dessas narrativas contribuirá para o processo de assunção da identidade étnica no bojo da escola, a qual é majoritariamente constituída de negros e afrodescendentes e que por conta da pressão de uma sociedade ainda pautada no racismo e no patriarcalismo, muitos desses sujeitos ficam receosos de se auto reconhecerem enquanto negros. Sendo importante, trazermos referenciais positivos para despertar essa consciência e autoestima.

O espaço da escola deve propiciar discussões e reflexões acerca de nós mesmos e da sociedade em que vivemos, buscando entendê-la para além da ótica colonial, a qual foi tecida pela dominação e exploração de grupos étnicos, como africanos e indígenas.

Hoje, podemos constatar isso claramente através do racismo que, apesar de não ser institucionalizado, está presente nas atitudes e discursos de muitas pessoas. Por isso, é fundamental que se repense o tipo de ensino que estamos transmitindo para nossas crianças, adolescentes e jovens. O currículo deve ser revisto, descolonizado para que possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos, em que prevaleça à equidade racial.

A construção de um projeto pedagógico emancipatório que possibilite o resgate de nossa memória e experiências dos sujeitos negros é um dever de todos os educadores, devendo rever sua prática de ensino, procurando estabelecer conexões com às vivências dos educandos, visto que, o saber só terá sentido se esse estiver vinculado com a realidade destes, o que viabilizará uma aprendizagem significativa. Por isso, torna-se relevante levar à tona as narrativas de nossos ancestrais ao invés de buscarmos sujeitos que não tem nenhum vínculo com a nossa história nem com a do nosso povo.

Desse modo, temos que encontrar ações para reestruturar os currículos das escolas, descolonizando-os. O ensino só será viável a partir de uma educação antirracista que propicie ações de combate às práticas racistas existentes no bojo da escola e da sociedade em que vivemos, o que corroborará para a promoção de uma aprendizagem voltada para diversidade étnico-racial e equidade racial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antonio. **Escola – uma instituição social complexa e plural**. São Paulo: Editora Viena, 2007.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BENTO, M. Aparecida. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, Nilma Lino. In: **Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres** / [organização Ana Paula Brandão]. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório**. In: Relações étnico-raciais e educação no Brasil/Marcus Vinicius Fonseca, Carolina Mostaro Neves da Silva. Alexsandra Borges Fernandes, organizadores- Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTANA, Wagner; SANTOS, Viviane Carla Bandeira; SANTANA, Denise. **O samba de roda e a capoeira como elemento de aporte na EJA, na contemporaneidade**. In: Revista Capacitar – Educação, cultura & sociedade / Capacitar Projetos Educacionais. Ano. 2, n. 6 (abr./jun., 2020) – Feira de Santana: Capacitar, 2019.

SANTOS, Viviane Carla Bandeira; SANTANA, Wagner Santos de; SANTANA, Fabiano Gusmão de. **Zeferina na difusão do conhecimento: o conto de uma quilombola**. In: Anais do III Seminário Internacional de Análise Cognitiva. Anais... Salvador (BA) UFBA, 2019. Disponível em: ONTO-DE-UMA-QUILOMBOLA>. Acesso em: 18/06/2020

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 6, n. 13, p.

134-147, jun. 2014. ISSN 2177-2770.

SILVA, ANA CÉLIA DA. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, KABELENGE. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p.7-185.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. In: Relações étnico-raciais e educação no Brasil/Marcus Vinicius Fonseca, Carolina Mostaro Neves da Silva. Alexandra Borges Fernandes, organizadores- Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antônio. **Escola – uma instituição social complexa e plural**. São Paulo: Editora Viena, 2007.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BENTO, M. Aparecida. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, Nilma Lino. In: **Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres** / [organização Ana Paula Brandão]. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório**. In: Relações étnico-raciais e educação no Brasil/Marcus Vinicius Fonseca, Carolina Mostaro Neves da Silva. Alexsandra Borges Fernandes, organizadores- Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTANA, Wagner; SANTOS, Viviane Carla Bandeira; SANTANA, Denise. **O samba de roda e a capoeira como elemento de aporte na EJA, na contemporaneidade**. In: Revista Capacitar – Educação, cultura & sociedade / Capacitar Projetos Educacionais. Ano. 2, n. 6 (abr./jun., 2020) – Feira de Santana: Capacitar, 2019.

SANTOS, Viviane Carla Bandeira; SANTANA, Wagner Santos de; SANTANA, Fabiano Gusmão de. **Zeferina na difusão do conhecimento: o conto de uma quilombola**. In: Anais do III Seminário Internacional de Análise Cognitiva. Anais... Salvador (BA) UFBA, 2019. Disponível em: ONTO-DE-UMA-QUILOMBOLA>. Acesso em: 18/06/2020

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 6, n. 13, p.

SILVA, ANA CÉLIA DA. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, KABELLENGE. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p.7-185.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. In: Relações étnico-raciais e educação no Brasil/Marcus Vinicius Fonseca, Carolina Mostaro Neves da Silva. Alexsandra Borges Fernandes, organizadores- Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

Viviane Carla Bandeira Santos[1]

Wagner Santos de Santana[2]

Denise Maria Souza Santana[3]

[1]Formada em Licenciatura em História pela UEFS. Especialista em História e Cultura Africana e Indígena pela Faculdade São Tomás de Aquino e em Formação Sócio Econômica do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira. Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela UFRB. Professora de História – SEC-BA. Membro e Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional – CPEDR-UNEB. E-mail: viviane.carlabandeira@gmail.com

[2]Formado em Letras - Língua Portuguesa pela UNIJORGE. Especialista em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior – FAVENI. Especializando-se em Gramática e Texto – UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI. Atualmente, é corretor da plataforma Redação On-line; Membro e pesquisador do Centro de Pesquisa em Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional – CPEDR - UNEB. E-mail: wagner.santana91@yahoo.com

[3]Formada em Licenciatura em História pela UEFS. Especialista em História e Cultura Africana e Indígena pela Faculdade São Tomás de Aquino e em Formação Sócio Econômica do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira. Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela UFRB. Professora de História – SEC-BA. Membro e Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional – CPEDR-UNEB. E-mail: viviane.carlabandeira@gmail.com